



Análise Conjuntural

IPARDES

ISSN 0102-0374

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.36, n.1-2, janeiro/fevereiro 2014

sumário

- 1 DEBILIDADE BRASILEIRA E FORTALEZAS PARANAENSES
Gilmar Mendes Lourenço
- 5 POLÍTICA CAMBIAL E BALANÇO DE PAGAMENTOS
BRASILEIRO EM 2013
Francisco José Gouveia de Castro
- 8 O COMPORTAMENTO DO IPCA EM JANEIRO DE 2014
Patrícia Adriana Ostapechen Krüger
- 10 PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO PARANÁ EM 2013
Ana Sílvia Martins Franco
- 12 EXPORTAÇÕES PARANAENSES PARA A VENEZUELA
Guilherme Amorim
- 15 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 18 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CASSIO TANIGUCHI - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

GILMAR MENDES LOURENÇO

Diretor-Presidente

EMILIO KENJI SHIBATA

Diretor Administrativo-Financeiro

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor do Centro de Pesquisa

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO (*Editor*)

Equipe

ANA SILVIA MARTINS FRANCO (*Economista*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

PATRÍCIA ADRIANA OSTAPECHEN KRÜGER (*Economista*)

CASSIANO CORRÊA DE OLIVEIRA (*Estagiário de Economia*)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

CLÁUDIA ORTIZ (*revisão de texto*)

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA (*editoração eletrônica*)

MARIA ROSA DAVIN (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

Uma breve apreciação da trajetória da produção e dos negócios no Brasil, ao longo de 2013, permite prospectar um quadro nada animador para 2014, apesar dos inegáveis impactos expansivos da Copa do Mundo e do ciclo eleitoral. A antevisão do indesejável é respaldada no fato de que, pela primeira vez em 20 anos – desde o lançamento do Programa de Ação Imediata (PAI), em maio de 1993, durante o governo de Itamar Franco –, o País encerrou um ano completamente desprovido de orientação macroeconômica, embora as autoridades, exceto as do Banco Central (BC), tenham apregoado de modo veemente, desde dezembro de 2012, a existência de uma "nova matriz econômica", formada por real depreciado, juros em declínio e frouxidão das metas fiscais para a abertura de espaços aos investimentos públicos.

Ainda que hesite em reconhecer, preso em acusações de "guerra psicológica" levada a cabo por alguns segmentos, o governo federal perdeu a batalha das expectativas e da oferta de segurança aos agentes, ao privilegiar a elevação do consumo privado e dos gastos correntes do governo e abandonar o tripé composto por metas de inflação, superávits fiscais primários e câmbio flutuante.

Mesmo não garantindo o regresso do crescimento econômico sustentado – dada a ausência das reformas estruturais capazes de catapultar a produtividade total de fatores do sistema produtivo –, aquele tripé assegurou a preservação da estabilidade monetária entre 1999 e 2010, essencial, ainda que não suficiente, para a deflagração de uma nova fase virtuosa.

Os tempos do virtuosismo do Brasil, movido pelo trio Consumo, Crédito e *Commodities*, já representam fragmentos do passado, o que se confirma pelo fato de a vulnerabilidade do País ter sido apontada como inferior apenas à da Turquia, no relatório semestral sobre política monetária, enviado pelo Federal Reserve (FED), banco central dos Estados Unidos, ao Congresso daquela nação.

A propósito, pesquisa elaborada pela Duke University, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e CFO Magazine, denominada Panorama Global de Negócios, junto a 1.010 diretores financeiros de grandes corporações, revelou apreciável redução do nível de otimismo dos empresários em relação à economia brasileira. Em uma escala de 0 (zero) a 100 pontos, o País caiu do grau 63,5, no primeiro trimestre de 2013, para 54,7 e 53,3, respectivamente, no segundo e terceiro trimestre do mesmo ano.

O mais gritante contudo é que, além de não manifestar interesse na colocação de um projeto consistente no lugar do sepultado, a administração Dilma optou por priorizar, de forma atabalhoada, três eixos de ações estruturais bastante discutíveis. O primeiro deles reside no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que mais parece um empreendimento imobiliário, por conta da alocação de mais da metade dos recursos no Programa Minha Casa Minha Vida.

O segundo vetor engloba o Plano Brasil Maior que, sustentado na equivocada premissa de que desonerações tributárias seletivas – redução ou até isenção do imposto sobre produtos industrializados (IPI) para veículos, móveis, eletrodomésticos e materiais de construção, troca da contribuição previdenciária da folha para o faturamento e aplicação de um protecionismo de quase 70% do programa Inovar Auto – conformariam uma política industrial, ainda que defensiva, não conseguiu atingir a eficácia requerida para eliminar a crescente marcha de desindustrialização, em curso no País desde meados da década de 2000.

Isto é particularmente grave, pois os indicadores da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, propiciam identificar o fechamento de mais de 200 mil postos de trabalho na indústria operante nas seis regiões metropolitanas pesquisadas (São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e Salvador), entre junho de 2011 e fevereiro de 2014. Além de a absorção daquele contingente pelo setor de serviços não ser imediata e plena, há flagrante queda de rendimentos na transição, motivada pelas menores exigências de qualificação.

Em linha análoga, a Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC), também preparada pelo IBGE, acusou substancial declínio da inversão industrial em inovação no País, sobretudo

* Economista, diretor-presidente do IPARDES.

depois da deflagração da turbulência global em 2008. A aplicação de haveres em inovação caiu de 38,1%, das empresas acompanhadas pelo IBGE, entre 2006 e 2008 (31,5% em 2000), para 35,6% no período 2009-2011, em decorrência da maximização da aversão ao risco privado, associada ao ambiente externo turvo e às sinalizações confusas do arranjo da macroeconomia doméstica. Se, antes, o parque manufatureiro do País guardava semelhanças com o francês e o espanhol, na véspera da edição do Brasil Maior estaria mais parecido com o turco, de acordo com avaliações da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No campo externo, a avassaladora penetração chinesa em mercados em franca retração justifica o passo atrás dado pelas atividades de transformação em área tão nobre. No terreno interno, as principais barreiras a esse tipo de investimento seriam, na visão dos industriais, custos elevados (81,7% dos informantes), escassez de mão de obra especializada (72,5%) e insuficiência de fontes de financiamento (63,1%).

A respeito desse último obstáculo, é oportuno destacar que menos de 35% e de 28% das fábricas contaram com apoio financeiro da Lei de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e para a aquisição de ativo fixo, respectivamente. No que tange ao fator trabalho, a limitação deve persistir em consequência do esgotamento do modelo de incorporação de trabalhadores com menor qualificação, demonstrado pela expansão medíocre do emprego com carteira assinada entre 2011 e 2013, conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

É interessante assinalar que mesmo com os sucessivos e múltiplos pacotes de cortes e benesses fiscais dirigidas a ramos selecionados, cuja renúncia suplantou R\$ 14 bilhões em 2012, a carga de impostos subiu para a marca-recorde de 35,9% do PIB em 2012, ante 35,3% em 2011. Trata-se de um fardo altamente concentrado nos rendimentos provenientes do trabalho, que deve ser impulsionado com o ajuste da tabela do imposto de renda (IR) em proporção inferior à inflação para o exercício de 2014.

Igualmente representa custos, determinados pelo Estado sobre os contribuintes, que figuram entre os maiores do mundo, contrastando com a reduzida capacidade de suporte dos agentes produtivos e o desprezível retorno em serviços públicos de qualidade em saúde, saneamento, ensino, transportes, entre outros. Como se vê, a carga brasileira é superior aos 25% dos EUA e situa-se abaixo apenas da média de 45% das nações europeias ricas e de menor população, como Suécia e Dinamarca. Inferências do Banco Mundial atestam que, em média, as empresas brasileiras consumiriam 2.600 homens/hora por ano para a cobertura dos impostos, contra 370 na América Latina e 154 na OCDE.

*O modelo recente aplicado às privatizações
no Brasil representa o ápice de um
intervencionismo pouco racional.*

O terceiro elemento compreende as privatizações, chamadas, de forma envergonhada pelo governo, de concessões, que representaram o ápice de um intervencionismo pouco racional, ao embutir exigências de qualidade e definições de taxas de retorno dos empreendimentos transferidos à iniciativa privada.

Na mesma linha, surgiram os fracassos nos certames de concessões de infraestrutura - exceto dos aeroportos de Confins e do Galeão e das rodovias federais BR-163, BR-060-153-262 e BR-040; o declínio dos investimentos diretos estrangeiros; a ameaça de descida de degraus no *rating* do risco financeiro brasileiro no mercado mundial, aferido por empresas internacionais especializadas; e a variação do PIB do País de 2,3%, implicando média inferior a 2% a.a. no triênio 2011-2013, contra 4% a.a. entre 2003 e 2010.

No que se refere às recentes disputas da malha rodoviária, convém sublinhar o arremate da BR-163 (Mato Grosso) e BR-060-153-262 (ligando Brasília a Belo Horizonte) pelos grupos Odebrecht e Triunfo Participações, respectivamente, com deságio de pedágio de 52%, em relação à tarifa-teto estabelecida para os lances dos leilões. A competição pela BR-040, entre Brasília e Juiz de Fora, foi vencida por um *pool* formado pela construtora OAS e pelos fundos de pensão Previ, Funcef e Petros, com desconto-recorde de 61% da tarifa-teto.

Tal episódio pode ser imputado à paradoxal dispensa de apresentação, em contratos tão relevantes, dos planos de negócios dos consórcios vencedores, o que poderá inviabilizar a cobertura financeira de 70% do empreendimento, no tipo *project finance*, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Cabe destacar que o BNDES já está

suficientemente pendurado nas transferências de recursos subsidiados pelo Tesouro Nacional, em modalidades de empréstimos ou participações para organizações públicas e privadas (que, por sinal, exibem precários indicadores de solvência em comparação com outras não agraciadas pela entidade de fomento), em um autêntico esquema orçamentário paralelo que redundava em aumento da dívida pública, dada a diferença entre os custos de captação e as taxas cobradas nos financiamentos.

A título de ilustração, o valor emprestado pelo banco em 2013 superou em 22% o de 2012, contra variação de 6,6% das entidades financeiras privadas, sendo que mais de 60% dos haveres foram destinados a tomadores de maior envergadura. Nesse sentido, a concessão pouco criteriosa de crédito barato ocasiona graves anomalias macro e microeconômicas, especialmente as distorções na alocação de recursos, na produtividade marginal e na eficiência agregada do aparelho econômico.

Não assusta a formação bruta de capital fixo brasileira, ou taxa de investimento, ter atingido apenas 18,4% em 2013. Mesmo situando-se acima dos 18,1% alcançados em 2012, tal nível ainda está bastante abaixo daquele registrado em 2011 (19,3%), ou mesmo do precedente à turbulência financeira mundial (20,6%), apurado no interregno julho-setembro de 2008 (sendo 19,1% para 2008, completo). Avaliações correntes dão conta da necessidade de esforço de inversão de 25% do PIB para a obtenção de taxas de variação de 5% ao ano do agregado-síntese.

Não por circunstâncias episódicas, a nação terminou 2013 amargando desequilíbrios-records nas contas externas; deterioração das finanças públicas, com queda do saldo primário e elevação do déficit nominal; e resistência da inflação em patamares próximos de 6% ao ano, perto do teto de 6,5% a.a. e longe do centro de 4,5% a.a. da extensa faixa oficial da meta, fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e monitorada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) do BC. Isto mesmo com o represamento dos preços administrados – combustíveis, transportes públicos, sem contar a redução, não negociada, das tarifas de eletricidade, por meio da diminuição da incidência de encargos federais, com evidentes prejuízos para as empresas estatais, que, na retórica, busca-se proteger –, com o agravante de que os preços livres transitam em órbita bastante superior.

O déficit nas transações correntes do balanço de pagamentos atingiu a cifra-recorde de -US\$ 81,6 bilhões em doze meses encerrados em janeiro de 2014, equivalendo a 3,7% do PIB, versus -US\$ 54,2 bilhões em 2012, fechado, ou 2,4% do PIB. O mais preocupante, porém, é que pela primeira vez desde 2001 – quando chegou a 4,2% do PIB, ocasião em que os aplicadores internacionais colocaram em xeque a solvência do País, em um ambiente de colapso doméstico na oferta de energia elétrica –, o rombo não foi compensado pela entrada líquida de investimentos estrangeiros diretos (IEDs), que totalizou US\$ 65,4 bilhões, ou 2,9% do PIB.

O saldo primário do setor público, englobando as três instâncias (União, estados e municípios), somou R\$ 91,3 bilhões, ou 1,9% do PIB, longe da meta oficial de 3,1% (ou mesmo daquela revista para 2,3% do PIB, em abril de 2013), diante dos R\$ 105 bilhões de 2012 (2,4% do PIB), configurando, de maneira compulsiva, a pior performance (em porcentagem) da série histórica que teve início em 2011. Na parte do superávit que cabe ao governo federal (R\$ 77,07 bilhões), 56,9% foi construído a partir da incorporação de receitas extraordinárias, oriundas das concessões infraestruturais (R\$ 22,07 bilhões), incluindo o leilão do campo de petróleo de Libra, no pré-sal, e o programa de renegociação de dívidas tributárias (novo Refis – R\$ 43,86 bilhões). Em doze meses até janeiro de 2014, o saldo primário foi de R\$ 81 bilhões, ou 1,7% do PIB.

Já o déficit nominal (superávit primário menos os juros apropriados) chegou a R\$ 157,6 bilhões, ou 3,3% do PIB, versus R\$ 108,9 bilhões, ou 2,5% do PIB, em 2012. Em doze meses até janeiro de 2014, o déficit nominal foi de R\$ 175,6 bilhões (3,6% do PIB). A dívida líquida do setor público foi de R\$ 1.626,3 bilhões, ao final de dezembro de 2013, (33,8% do PIB) e a dívida bruta dos governos (federal, estados e municípios) e INSS somou R\$ 2.748,0 bilhões em dezembro, 57,2% do PIB. Em janeiro de 2014, a dívida líquida somava R\$ 1.613,2 bilhões (33,3% do PIB) e a bruta 2.829,6 bilhões (58,5% do PIB).

Diante dos persistentes e crescentes déficits gêmeos (externo e interno), no contexto de medíocre expansão econômica, não constitui qualquer surpresa o emprego, por parte do banco Morgan Stanley, do termo "cinco frágeis" colocando o Brasil na categoria das

nações que expõem maiores riscos para investimentos em escala global, ao lado da Índia, Turquia, Indonésia e África do Sul. O anúncio da meta de superávit primário de 1,9% do PIB para 2014, apesar de servir de tentativa para acalmar os mercados, constitui enorme desafio em ano eleitoral.

A proposta dos "frágeis" vem em contraposição à expressão Brics, instituída pela instituição Goldman Sachs, nos anos 90, para destacar o protagonismo do Brasil, ao lado de outros quatro dos emergentes (Rússia, China, Índia e África do Sul), depois de ter produzido a estabilização monetária, promovido a primeira geração de reformas estruturais (abertura, privatizações, regulamentação das concessões, flexibilização de monopólios, reforma do arcabouço previdenciário, entre outros avanços) e manejado a orientação macroeconômica no sentido da solvência governamental (superávits fiscais primários e Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), eliminação da vulnerabilidade externa (câmbio flutuante e acumulação de reservas em moeda forte) e fixação de metas para a inflação (que fortaleceu os instrumentos monetários de intervenção).

O Paraná vem recuperando os mecanismos e instituições capazes de produzir defesas em conjunturas de crise e proveitos em períodos de recuperação econômica.

Por sua vez, embora esteja longe de representar o papel de ilha de prosperidade num oceano de instabilidade, o grande projeto do Paraná, no intervalo 2011-2013, consistiu na recuperação, de modo sincronizado entre governo e atores privados, de um conjunto de mecanismos e instituições capazes de, ao mesmo tempo, produzir defesas em períodos cadentes da economia nacional e assumir funções de autênticas molas propulsoras em estágios de reativação da rota do crescimento.

É fácil perceber que a base econômica regional vem atravessando uma etapa de intensificação da diversificação de sua matriz produtiva, fruto da preparação e execução de um arranjo institucional, alicerçado na participação ampla e efetiva da maioria dos entes representativos da sociedade paranaense, mirando a montagem de um projeto de desenvolvimento para o Estado.

Daí a formação da carteira de mais de R\$ 26 bilhões em projetos de investimentos industriais privados, nacionais e multinacionais, atraídos pelo Programa Paraná Competitivo, entre fevereiro de 2011 e dezembro de 2013. Trata-se do maior portfólio do País, quando cotejada a amplitude econômica do Paraná com a dos outros espaços subnacionais.

A atmosfera local favorável, que ocorre em contraposição à dramática desindustrialização brasileira, pode ser ainda melhor entendida a partir da observação das estatísticas correntes. Entre 2011 e 2013, PIB, produção industrial, emprego fabril e volume de vendas do comércio varejista cresceram 4,2%, 2,5%, 2,6% e 8,1% a.a., respectivamente, contra 2,0%, -0,3%, -0,5% e 6,1% a.a., respectivamente, para a média nacional.

Essa contabilidade positiva repousou na conjugação entre impulsão da renda do agronegócio – ancorada nas elevações de produção, produtividade e cotações globais das *commodities* alimentares – e vitalidade do mercado de trabalho regional. A respeito desse último ponto, não bastasse a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) vir registrando o menor desemprego e o maior salário médio do País, o interior paranaense foi responsável por mais de 80% das vagas abertas, com carteira assinada, pela indústria em três anos.

Por tudo isso, se a economia mundial "parar de piorar", incorporando a reorganização nas nações avançadas, notadamente a recuperação dos EUA – comprovada pelo anúncio de retirada gradual dos estímulos monetários, pelo FED, a partir de janeiro de 2014 –, e a superação da recessão na Europa, as reformas na China e a estabilização das cotações das *commodities*, e Brasília "de atralhar", este cenário privilegiadamente diferenciado pode contagiar 2014. Além disso, será reforçado pelo prosseguimento da maturação dos empreendimentos manufatureiros conquistados e pelos efeitos multiplicadores das obras de restauração e ampliação da competitividade da infraestrutura, realizadas pelo executivo estadual, mesmo com a prevalência do panorama de escassez dos recursos oriundos de convênios e despesas diretas da órbita federal.

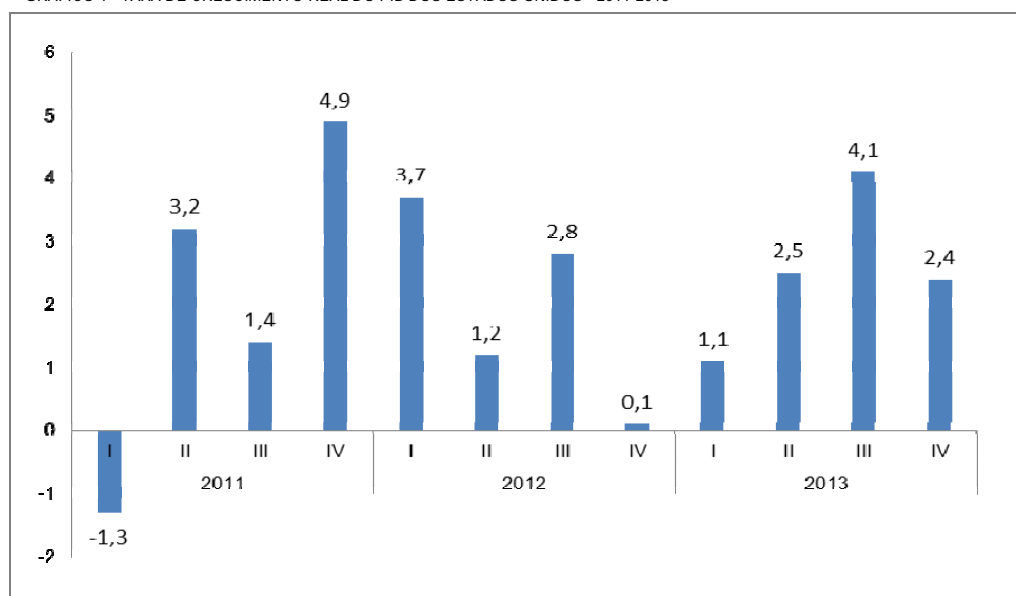
POLÍTICA CAMBIAL E BALANÇO DE PAGAMENTOS BRASILEIRO EM 2013

Francisco José Gouveia de Castro*

Estimativas do Bureau of Economic Analysis (BEA), instituto de pesquisa e análise econômica dos Estados Unidos, indicam expansão de 1,9% do PIB americano, em 2013, puxada, especificamente, pelas exportações, pelos investimentos fixos e pelo declínio das importações. Considerando apenas o segundo semestre, o crescimento foi de 3,7% (gráfico 1). Já o Escritório de Orçamento do Congresso americano (CBO), em seu último relatório, prevê um crescimento do PIB dos EUA de 3,1% em 2014 e 3,4% em 2015, além da continuidade da queda do déficit do governo federal em 2014, alcançando US\$ 514 bilhões, ou 3% do PIB, nível próximo à média dos últimos quarenta anos.

Diante do panorama favorável da economia dos EUA, o Federal Reserve Bank (FED), banco central americano, cortou em US\$ 10 bilhões as compras mensais de títulos do tesouro e de hipotecas, reduzindo os incentivos monetários de US\$ 75 para US\$ 65 bilhões mensais, dando início à pronunciada redução dos incentivos monetários adotados a partir de setembro de 2008.

GRÁFICO 1 - TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB DOS ESTADOS UNIDOS - 2011-2013



FONTES: Bureau of Economic Analysis

NOTA: Taxas anuais ajustadas sazonalmente.

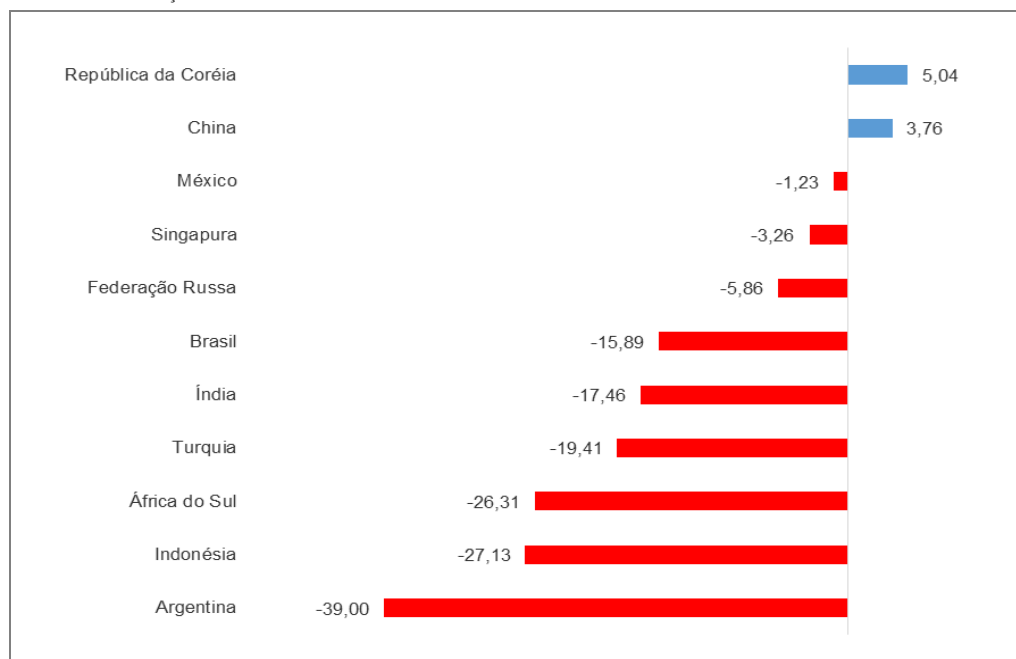
De fato, desde maio de 2013, o FED vem anunciando o fim dos estímulos ao crescimento da economia norte-americana, atraindo com isso capitais que até então estavam aplicados, em grande parte, nos países emergentes. Além disso, os investidores estão incorporando o risco de que o PIB da China possa subir mais lentamente (a economia chinesa fechou 2013 com avanço de 7,7%, ritmo muito superior ao da média global, porém o aumento de salários reduziu a competitividade do setor industrial do país), ao mesmo tempo que a mudança maciça da Europa para uma situação de superávit comercial e a significativa desvalorização do iene japonês, sejam alguns dos inúmeros fatores que pressionam para baixo a taxa de câmbio e os déficits das contas correntes dos mercados emergentes.

Certamente, há uma reação negativa às economias desses países no momento atual, comprovada pela forte migração do capital para economias mais avançadas, e a consequente perda de valor de suas moedas ante ganhos do dólar (gráfico 2). Tais mercados passam por

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

novo período de volatilidade, o que aumenta a expectativa da alta dos juros na tentativa de convencer investidores a permanecer nesses mercados, até porque, em sua maioria, tais países apresentam déficit em conta corrente que precisa ser financiado com empréstimos de curto prazo, dependente da confiança dos investidores internacionais.

GRÁFICO 2 - VARIAÇÃO PERCENTUAL DAS MOEDAS EMERGENTES ANTE O DÓLAR - 3º TRIMESTRE DE 2012/4º TRIMESTRE DE 2013



FONTE: Fundo Monetário Internacional

No caso do Brasil, o Banco Central (BC) vendeu, entre maio e dezembro de 2013, US\$ 85 bilhões de *swaps* cambiais em termos líquidos, além de utilizar US\$ 17 bilhões das reservas em linhas de financiamentos, para evitar a desvalorização ainda maior. Essa proteção dos passivos cambiais evidencia o temor de uma depreciação mais acentuada do câmbio, sobretudo quando se leva em consideração a necessidade de financiamento externo crescente estimado em US\$ 150 bilhões em 2014, ante US\$ 137 bilhões em 2013.

Cabe destacar que, apesar de deter uma reserva internacional de quase US\$ 376 bilhões, o País tem sido considerado pelos mais respeitados analistas um dos países frágeis entre os emergentes, com déficit tanto nas finanças do governo (2,95% do PIB) quanto nas contas externas. Aliás, o déficit nas transações correntes de bens e serviços com o exterior no ano de 2013 foi o maior da história. Dados divulgados pelo BC apontam um resultado negativo de US\$ 81,3 bilhões, ou 3,7% do PIB, em 2013, ante 54,2 bilhões em 2012 (tabela 1).

O investimento estrangeiro direto totalizou US\$ 67,5 bilhões, os investimentos em carteira ficaram em US\$ 25,8 bilhões, as aplicações em renda fixa fecharam com um total de US\$ 23,1 bilhões e, os investimentos líquidos em ações somaram US\$ 11,6 bilhões, em 2013. Porém, apesar destes números, pela primeira vez em doze anos o investimento estrangeiro direto não compensou o déficit em conta corrente.

Na realidade, as contas externas têm mostrado fragilidade nas rubricas viagens internacionais (foram gastos US\$ 18,3 bilhões, em 2013) e nas remessas de lucros e dividendos, com US\$ 26,04 bilhões. A principal explicação para este desempenho está no aumento das remessas pelas multinacionais à matriz no exterior devido às incertezas quanto ao câmbio.

Ainda em relação à conta de serviços, o desequilíbrio no item aluguel de equipamentos quase dobrou em quatro anos, atingindo US\$ 19 bilhões, formado pelas operações de *leasing* de aviões e plataformas de petróleo. Já o item transportes, que contabilizou um déficit de US\$ 9,7 bilhões em 2013, poderia ser reduzido, não fosse a política de dependência de transportes estrangeiros.

Entretanto, o foco do mau desempenho é a balança comercial, com um superávit fictício de apenas US\$ 2,6 bilhões, cabendo lembrar os efeitos contábeis observados em virtude das exportações de sete plataformas de petróleo que não saíram do país. Tanto é assim que o comércio exterior afetou negativamente o PIB brasileiro em 2013 em função do

forte aumento das importações e do crescimento modesto das exportações. Segundo os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as importações cresceram 8,4%, e as exportações 2,5% no ano passado. Como consequência, a participação das importações na composição do PIB aumentou de 14% em 2012 para 15,1% em 2013, e as exportações permaneceram com 12,6% de participação.

O BC prevê crescimento do saldo comercial, fechando em US\$ 10 bilhões em 2014, ficando os gastos com viagem praticamente iguais (US\$ 19 bilhões), a remessa de lucro e dividendos (US\$ 27 bilhões) e o investimento estrangeiro direto idem, em US\$ 63 bilhões.

O vaticínio da autoridade monetária denota a confiança do governo federal em que a desvalorização cambial ajudará a aumentar as exportações e conterá as importações. Porém, convém lembrar que tal depreciação já deveria ter apresentado resultados em 2013, e ainda, que dada a qualidade das contas externas, parece inevitável um novo aumento dos preços das moedas estrangeiras, com impacto também inevitável sobre a inflação.

Além disso, cogita-se criar um novo regime cambial fazendo o câmbio flutuar em torno de uma denominada taxa de equilíbrio industrial, ainda que é insofismável que tal taxa, no médio prazo, depende unicamente dos termos de troca baseados na produtividade e na eficiência das economias.

TABELA 1 - BALANÇO DE PAGAMENTOS - BRASIL - 2013

RUBRICA	SALDO (US\$ MILHÕES)
Balança comercial (FOB)	2 558
Exportações	242 179
Importações	239 621
Serviços	-47 523
Rendas	-39 772
Transferências unilaterais correntes (líquido)	3 364
Transações correntes	-81 374
Conta capital e financeira	75 367
Conta capital	1 194
Conta financeira	74 173
Investimento direto (líquido)	67 541
Investimentos em carteira	25 810
Derivativos	110
Outros investimentos ⁽¹⁾	-19 289
Erros e omissões	80
Variação de reservas (- = aumento)	5 926
Resultado global do balanço	-5 926
Transações correntes/PIB (%)	-3,62
IED/PIB (%)	2,85

FONTE: Banco Central do Brasil

NOTA: Dados preliminares.

(1) Créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos e outros ativos e passivos.

Diante do exposto, parece razoável que a saída mais viável seria a adoção do tripé macroeconômico abandonado. Não obstante a falta de clareza na definição das prioridades da política econômica, a desoneração fiscal, o descaso com os investimentos em infraestrutura e a forte expansão dos gastos públicos, a intervenção nos preços dos combustíveis agrava a situação externa brasileira.

É oportuno frisar que, segundo as informações levantadas no relatório do BC, o déficit nominal aumentou de 2,8% do PIB para 3,28%, e a despesa do governo central foi 13,6% maior que em 2012, enquanto a receita líquida, isto é, descontadas as transferências para estados e municípios, cresceu 12,5%. Apesar da falta de transparência e confiança nos dados fiscais (contabilidade criativa), a perda de confiança expõe o Brasil ao risco de rebaixamento de sua nota de crédito.

Quanto à política externa brasileira, é premente a mudança de foco, estreitando-se o comércio com os EUA e a Europa, fazendo múltiplos acordos comerciais, o que denota maior entrosamento com as cadeias produtivas globais e aumento da produtividade, com um ousado programa de ampliação e renovação da infraestrutura, revigorada pelas parcerias público-privadas.

O COMPORTAMENTO DO IPCA EM JANEIRO DE 2014

Patrícia Adriana Ostapechen Krüger*

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou variação positiva de 0,55% em janeiro de 2014, ficando 0,37 ponto percentual (p.p.) abaixo do resultado verificado em dezembro de 2013, ficando 0,37 ponto percentual (p.p.) abaixo do resultado verificado em dezembro. No acumulado dos últimos doze meses, o IPCA registrou variação de 5,59%, o que correspondeu a uma queda de 0,32 p.p. em relação à variação dos doze meses encerrados em dezembro (5,91%), permanecendo dentro do intervalo estabelecido pelo Banco Central, embora muito acima do centro da meta de inflação.

Entre os nove grandes grupos de produtos e serviços (tabela 1), o vestuário e os transportes influenciaram negativamente o IPCA geral em janeiro, anotando declínios de 0,15% e 0,03%, respectivamente. Nesse último caso, sobressaiu o recuo de 15,88% das passagens aéreas, após alta de 20,13% em dezembro, por conta de fatores sazonais, com os pedágios e os automóveis usados também registrando queda. Mesmo com variações positivas, os preços da gasolina, óleo diesel e etanol apresentaram ritmo de elevação muito menos pronunciado no início de 2014, o que pode ser imputado à não efetivação de aumento dos combustíveis nas refinarias, redundando inevitavelmente em repasse ao consumidor final, diferindo do ocorrido no final do ano passado.

TABELA 1 - VARIAÇÃO DO ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO, SEGUNDO GRUPOS - DEZEMBRO DE 2013 E JANEIRO DE 2014

GRUPO	VARIAÇÃO (%)	
	Dez./2013	Jan./2014
Índice geral	0,92	0,55
Alimentação e bebidas	0,89	0,84
Habituação	0,52	0,55
Artigos de residência	0,89	0,49
Vestuário	0,80	-0,15
Transportes	1,85	-0,03
Saúde e cuidados pessoais	0,41	0,48
Despesas pessoais	1,00	1,72
Educação	0,05	0,57
Comunicação	0,74	0,03

FONTE: IBGE

Com avanços moderados, abaixo da evolução do índice global, os grupos Artigos de residência, Saúde e cuidados pessoais e Comunicação exibiram altas de, respectivamente, 0,49%, 0,48% e 0,03% em janeiro. Caracterizados pela heterogeneidade dos produtos/serviços, os artigos de residência contabilizaram variações que oscilaram de -1,31% (conserto de refrigerador) a 2,97% (ar-condicionado), havendo influência, especialmente no caso do limite superior, da forte demanda gerada pelas condições climáticas extremas no mês em avaliação.

Já, no que se refere à saúde e cuidados pessoais, verifica-se de um modo geral que os preços dos medicamentos, perfumarias e produtos de higiene subiram menos que os das atividades prestadas por profissionais da área (médicos, dentistas, psicólogos e fisioterapeutas, entre outros), o que reafirma a assimetria do processo inflacionário entre os serviços, restritos a uma concorrência local, e os bens de consumo, submetidos a uma competição ampla, incluindo a dos importados.

Finalmente, no que tange à comunicação, nota-se variação muito próxima de zero, em linha com um comportamento historicamente observado nos meses de janeiro, em razão da predominância de serviços cujos preços são públicos, como os correios, ou previstos em contrato, como a telefonia e a internet, prevalecendo, por conseguinte, a administração de reajustes.

Todavia, contrapondo-se a um cenário enganosamente mais confortável, sinalizado pela trajetória dos últimos meses do IPCA geral e de alguns grupos específicos de bens e

* Economista, técnica da equipe permanente desta publicação.

serviços, deve-se ressaltar que o movimento da inflação ainda é preocupante. Segundo o Banco Central, as expectativas de mercado apontavam, no final de fevereiro, para um IPCA de 6,0% no encerramento do presente exercício, acima, por exemplo, dos 5,92% indicados há três meses e aproximando-se do teto fixado no regime de metas (6,5%). Não é por acaso, portanto, que a taxa básica de juros foi elevada de 10,50% para 10,75% na mais recente reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM), retornando ao patamar vigente no início da atual gestão federal.

Ademais, outras estatísticas corroboram uma perspectiva não tão cômoda, como o índice de difusão. Nesse indicador, constata-se que, em cada 100 itens do IPCA, 69,32 apresentaram preços ascendentes em dezembro de 2013, o mais alto nível desde março do ano passado (tabela 2). Esse último número divulgado é o 16º mais elevado em uma extensa série de 173 resultados mensais, o que denota um avanço mais sólido da inflação, menos vinculado a alguns itens específicos, tornando mais relevantes as medidas horizontais de contenção dos preços e menos importantes as ações pontuais, como o controle dos valores dos bens e serviços ofertados pelas estatais.

TABELA 2 - ÍNDICE DE DIFUSÃO DO IPCA - BRASIL - JANEIRO DE 2012 A DEZEMBRO DE 2013

MÊS	ÍNDICE	MÊS	ÍNDICE	MÊS	ÍNDICE
Jan./12	64,38	Set./12	66,30	Mai./13	63,01
Fev./12	59,18	Out./12	68,77	Jun./13	55,34
Mar./12	57,26	Nov./12	62,74	Jul./13	55,07
Abr./12	63,56	Dez./12	70,68	Ago./13	58,63
Mai./12	64,93	Jan./13	75,07	Set./13	57,81
Jun./12	61,64	Fev./13	72,33	Out./13	67,67
Jul./12	61,10	Mar./13	69,04	Nov./13	68,22
Ago./12	65,48	Abr./13	65,75	Dez./13	69,32

FONTE: Banco Central

Mesmo assim, a indecisão governamental quanto à mudança dos instrumentos de combate da inflação é clara, a despeito dos prejuízos que vêm sendo impostos às empresas geridas pelo poder público federal. Em consequência, a disparidade entre a dinâmica dos preços livres e o comportamento dos monitorados permanece elevada, superando os 4 p.p. em 12 meses desde o início de 2013 (tabela 3), embora essa estratégia tenha se mostrado capaz de conduzir o IPCA apenas a um patamar pouco abaixo do extremo superior do intervalo oficialmente assumido, que, na prática, se tornou a real meta da equipe econômica.

Em outras palavras, há certa negligência em relação à inflação, talvez em função da crença em uma indissolúvel associação entre crescimento econômico e evolução dos preços, que, se fosse verdadeira, levaria a índices inflacionários muito baixos, dadas as insignificantes taxas de expansão do PIB brasileiro nos últimos anos.

TABELA 3 - VARIAÇÃO DO IPCA EM 12 MESES, SEGUNDO PREÇOS LIVRES E MONITORADOS - BRASIL - JANEIRO DE 2011 A JANEIRO DE 2014

MÊS	IPCA EM 12 MESES (%)		DIFERENÇA (b-a)	MÊS	IPCA EM 12 MESES (%)		DIFERENÇA (b-a)	MÊS	IPCA EM 12 MESES (%)		DIFERENÇA (b-a)
	Preços Monitorados (a)	Preços Livres (b)			Preços Monitorados (a)	Preços Livres (b)			Preços Monitorados (a)	Preços Livres (b)	
Jan./11	3,24	7,17	3,92	Fev./12	5,48	5,98	0,49	Mar./13	1,61	8,20	6,59
Fev./11	3,29	7,17	3,87	Mar./12	4,58	5,49	0,92	Abr./13	1,55	8,09	6,54
Mar./11	4,53	7,04	2,51	Abr./12	3,73	5,63	1,90	Mai./13	1,54	8,11	6,57
Abr./11	5,73	6,84	1,11	Mai./12	3,49	5,55	2,06	Jun./13	1,77	8,28	6,51
Mai./11	5,96	6,80	0,85	Jun./12	3,77	5,34	1,57	Jul./13	1,31	7,86	6,56
Jun./11	5,70	7,14	1,43	Jul./12	3,67	5,77	2,10	Ago./13	1,27	7,64	6,37
Jul./11	5,67	7,38	1,71	Ago./12	3,77	5,75	1,98	Set./13	1,12	7,37	6,25
Ago./11	5,71	7,87	2,15	Set./12	3,44	5,93	2,49	Out./13	1,01	7,37	6,36
Set./11	6,17	7,79	1,62	Out./12	3,23	6,23	3,00	Nov./13	0,95	7,31	6,35
Out./11	6,34	7,24	0,90	Nov./12	3,50	6,23	2,72	Dez./13	1,54	7,29	5,75
Nov./11	6,27	6,79	0,52	Dez./12	3,65	6,56	2,91	Jan./14	2,15	6,65	4,50
Dez./11	6,20	6,63	0,43	Jan./13	2,94	7,20	4,27				
Jan./12	5,71	6,42	0,71	Fev./13	1,53	7,86	6,33				

FONTE: Banco Central

PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO PARANÁ EM 2013

Ana Sílvia Martins Franco*

O setor fabril no Paraná encerrou o ano de 2013 com expansão de 5,6%, segundo as estatísticas da Pesquisa Industrial Mensal Regional - Produção Física (PIM-PF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O desempenho registrado pelo Estado foi o segundo melhor do país e ficou bastante acima da média do Brasil, que apresentou pífio crescimento de 1,2% (tabela 1).

TABELA 1 - PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL - BRASIL
E UF - ACUMULADO 2013

UF	VARIAÇÃO (%)
Amazonas	0,7
Pará	-4,8
Ceará	3,3
Pernambuco	0,7
Bahia	3,8
Minas Gerais	-1,3
Espírito Santo	-6,7
Rio de Janeiro	0,1
São Paulo	0,7
Paraná	5,6
Santa Catarina	1,5
Rio Grande do Sul	6,8
Goiás	5,0
BRASIL	1,2

FONTE: IBGE

A produtividade do trabalho na indústria do Estado, medida pela razão entre a produção industrial e o número de horas pagas, foi de 6,5% em 2013, mostrando forte recuperação, pois em 2012 havia sido de -5,6%.

O crescimento da indústria paranaense está ancorado na operação dos principais vetores atuantes no Estado, com destaque para o agronegócio – em virtude da safra-recorde e dos preços ainda elevados no mercado internacional –, a química, bens de capital e os insumos para a construção civil.

Os setores que mais influenciaram o desempenho da indústria do Estado foram os de veículos automotores, com crescimento de 18,3%, máquinas e equipamentos, com incremento de 13,7%, máquinas, aparelhos e materiais elétricos, com avanço de 8,9%, e minerais não metálicos, com 7,9% (tabela 2).

TABELA 2 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL SEGUNDO ATIVIDADE - PARANÁ - 2012-2013

SETOR	2012	2013
Indústria geral	-4,7	5,6
Indústria de transformação	-4,7	5,6
Veículos automotores	-16,2	18,3
Máquinas e equipamentos	0,6	13,7
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-0,5	8,9
Minerais não metálicos	-3,0	7,9
Outros produtos químicos	-10,2	4,3
Madeira	15,9	4,3
Mobiliário	6,1	3,2
Alimentos	2,0	1,4
Borracha e plástico	-0,8	0,8
Refino de petróleo e álcool	3,0	-0,1
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	1,2	-1,1
Celulose, papel e produtos de papel	-1,0	-1,4
Edição, impressão e reprodução de gravações	-14,4	-3,3
Bebidas	3,5	-9,2

FONTE: IBGE

* Economista, técnica da equipe permanente desta publicação.

No caso da indústria de veículos automotores, que apresentou a melhor performance entre as atividades pesquisadas em 2013, nota-se a baixa base de comparação com o ano de 2012, quando registrou queda de 16,2%, influenciada pela paralização de oito semanas na fábrica da Renault e pelo enfraquecimento nas vendas de caminhões da Volvo. Em contrapartida, em 2013 o setor foi impulsionado especialmente pela maior produção de caminhões e caminhão-trator, demandados, de modo geral, em virtude do bom desempenho agropecuário, principalmente para escoamento da safra.

Para o setor de máquinas e equipamentos, houve expansão da fabricação de tratores agrícolas e máquinas para colheita, também estimulada pelo *boom* da agricultura. O aumento na produção de partes e peças de refrigeradores e eletroportáteis domésticos traduz maior disponibilidade de renda da população e facilidade de acesso ao crédito para a compra desses produtos. A demanda proveniente da construção civil ocasionou o crescimento na fabricação de elevadores para o transporte de pessoas. Outro item que mostrou produção elevada foi o de máquinas para trabalhar matéria-prima para fabricar pasta de celulose.

A construção civil e o agronegócio estimularam ainda os ramos de minerais não metálicos e a indústria de alimentos, respectivamente. No primeiro caso, a evolução do setor ocorreu especialmente devido ao incremento na produção de cimentos *Portland*, e no segundo, foi alavancada a fabricação de carnes e miudezas de aves congeladas.

Em relação aos setores que apontaram queda, destaca-se o ramo de bebidas, que recuou 9,2%, com diminuição principalmente na produção de cervejas e refrigerantes. No Brasil, a redução foi de 4,1%, com decréscimos em praticamente todos os demais estados produtores: Rio de Janeiro (-5,9%), Minas Gerais (-4,0%) e São Paulo (-2,6%). Apenas o Rio Grande do Sul registrou alta (9,2%).

Segundo o Sistema de Controle de Produção de Bebidas (SICOBEBE), da Receita Federal, a retração na produção de cerveja em 2013 foi de 2,0% e em refrigerantes, de 3,6%. A desaceleração do setor tem forte ligação com o aumento da inflação e o endividamento das famílias, além do aumento nos custos de produção, especialmente dos insumos, devido à desvalorização do real frente ao dólar.

Ademais, a alta nos preços das bebidas em 2013 foi maior do que a inflação geral. De acordo com o IBGE, os itens refrigerante e água subiram 7,4%, e a cerveja, 10,5% no ano, enquanto o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 5,9%.

O setor de edição e impressão apresentou redução de 3,3%, sendo o terceiro ano consecutivo que registra queda, contudo menos intensa que nos anos anteriores (-5,2% em 2011 e -14,4% em 2012). Foi verificada diminuição especialmente na fabricação de livros, brochuras e impressos didáticos.

Cabe mencionar a ligeira retração do setor de refino de petróleo e álcool, de 0,1%, por conta da paralização, por quase um mês, da Refinaria Presidente Vargas (Repar), da Petrobrás, situada em Araucária, devido a uma explosão que ocasionou um incêndio na unidade.

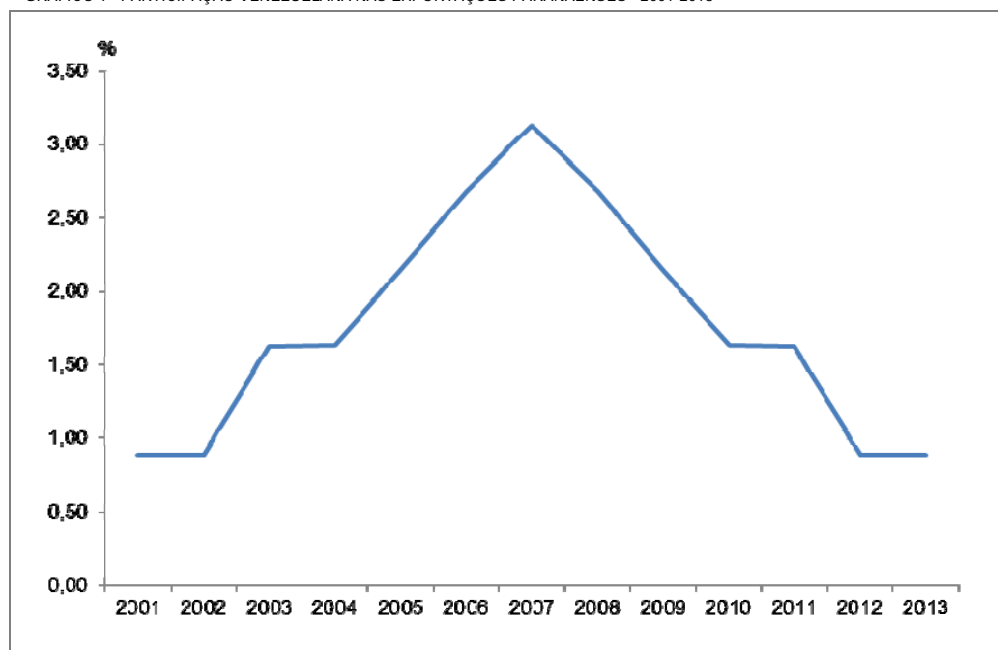
Nota-se a importância e a forte influência do agronegócio para o desempenho industrial do Estado, pois o avanço da produção industrial foi determinado especialmente pelo bom desempenho da agroindústria, que gerou um ciclo virtuoso de crescimento.

EXPORTAÇÕES PARANAENSES PARA A VENEZUELA

Guilherme Amorim*

Na última década, a Venezuela tornou-se um dos principais mercados externos para mercadorias paranaenses. Em 2007, o país chegou a absorver 3,13% do valor exportado pelo Paraná (gráfico 1), de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), órgão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). No ano passado, entretanto, essa proporção caiu a 0,88%, no bojo de elevação da inflação, retração de investimentos e queda do nível de divisas. A economia local depende da exportação de petróleo e dos investimentos em sua cadeia de extração, refino e transporte. Segundo dados de 2012 do U.S. Energy Information Administration (EIA), centro de pesquisa subordinado ao Departamento de Energia dos Estados Unidos, a Venezuela possui a segunda maior reserva comprovada de petróleo do mundo (211,2 bilhões de barris), inferior apenas à da Arábia Saudita. De acordo com informações das Nações Unidas (UN Comtrade), o setor de petróleo e derivados respondeu por 93,97% das receitas de exportação em 2012. Houve, contudo, queda anual de 9,43% no montante aferido com a venda desses produtos ao exterior.

GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO VENEZUELANA NAS EXPORTAÇÕES PARANAENSES - 2001-2013



FONTE: MDIC/SECEX

O balanço de pagamentos do país tornou-se mais instável porque, para além da pressão proveniente do comércio exterior, houve crescimento da demanda interna por combustíveis para transporte – tradicionalmente subsidiada – e para a geração de energia elétrica. Essa procura doméstica foi impulsionada pela recuperação da atividade econômica – segundo o Banco Mundial, o Produto Interno Bruto do país cresceu 4,2% em 2011 e 5,6% em 2012, após dois anos de recessão. O mercado interno requer aproximadamente um quarto da produção. Empréstimos chineses são amortizados com volume equivalente a 310 mil barris por dia, e acordos internacionais preveem a comercialização de petróleo a preços abaixo dos de mercado para alguns parceiros comerciais.

A Venezuela importa a maior parte dos alimentos que consome. A combinação de estagnação na produção de petróleo e elevação na cotação internacional de *commodities* agropecuárias desequilibrou sua balança comercial. O ápice da produção ocorreu em 1997, com 3,28 milhões de barris diários, conforme a EIA. Os dois períodos de mais recentes

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

registros, 2011 e 2012, apresentaram volume estaque de 2,3 milhões de barris por dia. A protração dos investimentos em refino, associada à insipiência no gerenciamento de estoques, levou à esdrúxula importação de combustíveis, equivalente a US\$ 4,67 bilhões.

O ciclo de altas cotações de *commodities* agrícolas e minerais provocou inflação anual sempre superior a 20% nesta década, alcançando 37,9% no ano passado, de acordo com estimativa do Fundo Monetário Internacional. A Venezuela convive, presentemente, com três taxas de câmbio. A mais baixa delas é utilizada em compras governamentais e na importação de medicamentos e alimentos. Outra paridade é válida para aquisições do exterior consideradas pelo governo como não essenciais. Finalmente, há a cotação do mercado negro, mais de dez vezes superior à taxa básica. A fixação dessas cotações tem exaurido as reservas, de US\$ 30 bilhões no final de 2012 e US\$ 21 bilhões no início deste ano. Tal diminuição tem exigido maiores taxas de retorno em títulos soberanos. A crise chegou ao ponto de margens de lucro superiores a 30% dos custos serem consideradas crime, medida tão populista como ineficaz.

Este cenário conturbado gerou impacto negativo sobre as exportações paranaenses, como se pode perceber pela variação negativa sofrida pelo principal produto da pauta, carne de frango. Entre os biênios 2010-2011 e 2012-2013, o valor desses embarques caiu 78,91% (tabela 1). Nesse mesmo período, o total da receita apresentou contração de 38,49%.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES PARA A VENEZUELA, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADORIAS DA NOMENCLATURA COMUM DO MERCOSUL (NCM) - PARANÁ - 2010-2013

NCM	DESCRIÇÃO DA MERCADORIA	EXPORTAÇÕES (US\$ FOB)		VAR. (%)
		2010-2011	2012-2013	
02071200	Carnes de galos e galinhas, não cortadas em pedaços, congeladas	116 605 313	24 595 804	-78,91
56031130	Falsos tecidos de polipropileno	15 183 158	23 147 785	52,46
23099090	Outras preparações para alimentação de animais	15 989 502	22 824 073	42,74
74130000	Cordas, cabos, tranças, de cobre, não isoladas	-	21 872 149	-
87019090	Outros tratores	6 805 704	16 134 804	137,08
10059010	Milho em grão, exceto para semeadura	23 151 858	15 524 109	-32,95
17011400	Outros açúcares de cana	-	15 379 398	-
15171000	Margarina, exceto a margarina líquida	64 327 328	14 952 439	-76,76
87032310	Automóveis com motor explosão, 1.500<cm³<=3.000, até 6 passageiros	-	13 037 500	-
35079049	Outras enzimas preparadas	8 232 483	10 376 850	26,05
04071100	Ovos de aves da espécie <i>gallus domesticus</i> , para incubação	-	7 731 024	-
44151000	Caixotes, caixas, engradados, barricas, de madeira	4 331 762	6 284 913	45,09
56031240	Falsos tecidos de polipropileno	5 277 061	5 946 547	12,69
04039000	Leitelho, leite, creme de leite, coalhados, fermentados	4 027 071	4 857 141	20,61
84143091	Compressor para equipamento frigorífico, capacidade <= 16.000 frigorias	2 060 505	2 870 303	39,30
84186999	Outros materiais, máquinas e aparelhos para produzir frio, e bombas de calor	2 110 836	2 815 437	33,38
84181000	Refrigeradores combinados com congeladores, portas externas separadas	3 291 387	2 660 252	-19,18
48119090	Outros papéis de celulose revestidos ou impregnados em rolos ou folhas	3 475 360	2 510 126	-27,77
85044021	Retificadores de cristal (semicondutores) (conv. eletr.)	157 856	2 257 635	(1)
73089010	Chapas, barras, para construções, de ferro fundido	-	1 759 394	-
02023000	Carnes desossadas de bovino, congeladas	1 065 266	1 646 672	54,58
11081400	Fécula de mandioca	965 192	1 609 275	66,73
85372090	Outros quadros com aparelho de interrupção de circuito elétrico t>52kv	-	1 606 212	38,49
23011090	Farinha de miudezas, imprópria para alimentação humana e torresmos	976 614	1 377 606	41,06
64034000	Outros calçados de couro natural, com biqueira protetora de metal	1 629 065	1 286 049	-21,06
	Outros	235 428 419	91 779 945	-61,02
	TOTAL	515 091 740	316 843 442	-38,49

FONTE: MDIC/SECEX

NOTAS: Os valores podem apresentar pequenas alterações, dependendo da data da consulta aos dados do MDIC, em virtude de processos de revisão.

Valores correntes.

Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Variação superior a 1.000%.

O mercado venezuelano ainda mostra relevância, mesmo porque é demandante de bens de alto valor agregado fabricados no Estado, como tratores e automóveis. Os acordos de integração do país com o Mercosul pressupõem gradual redução do número de bens tarifados. Desde o início de 2014, apenas 777 mercadorias brasileiras estão sujeitas a impostos na exportação para a Venezuela. A expectativa é de que em 2018 esse processo

esteja concluído - embora exista a necessidade de se estabelecerem convenções sobre a produção e comercialização de veículos automotores. É, portanto, uma economia que possui potencial de crescimento na balança comercial paranaense.

No futuro próximo, as vendas de produtos paranaenses à Venezuela provavelmente concentrar-se-ão naqueles passíveis de enquadramento na primeira faixa de paridade, ou seja, alimentos, medicamentos e demais compras governamentais. Dessa forma, espera-se que carnes, grãos e rações mantenham a importância. Os falsos tecidos de polipropileno, insumos para várias indústrias, inclusive as de fraldas e bandagens, tendem também a reter participação. Por outro lado, produtos essenciais na pauta paranaense de exportação, como açúcar, café e couro, têm dificuldade de ganhar mercado. A demanda venezuelana por esses bens é tradicionalmente suprida por outros países vizinhos e sua inserção dependerá de retração na oferta desses fornecedores usuais.

No biênio 2012-2013, houve queda de 27,77% no valor exportado de rolos ou folhas de papel revestido, na comparação com o biênio anterior. Este setor representou 2,6% das vendas paranaenses ao exterior em 2013 e sua estrutura de produção tem recebido enormes investimentos. Ainda que o cenário imediato seja fósmeo, há a possibilidade de retomada nas vendas deste segmento. O embarque de tratores responde por 1,4% da pauta paranaense e sua importação depende de subsídios – de concessão incerta ante meste quadro fiscal. Caso tal alocação ocorra, não só esse ramo industrial pode continuar a crescer no país (houve variação de 137,08% na comparação bianual), como há a possibilidade de que se estenda a outro segmento associado: o de veículos de carga.

Veículos de carga apresentam participação de 1,4% na receita do comércio externo do Estado, mas têm baixa representatividade no fornecimento à Venezuela – dominado por Equador, Japão, China e Estados Unidos. À exceção dos produtos equatorianos, aqueles oriundos dos outros países estão sujeitos a impostos de importação maiores do que os incidentes sobre os caminhões paranaenses (20,4% e 9,2%, em média, de acordo com o UN Comtrade). Este segmento da indústria, como o de maquinário agrícola, também tem realizado investimentos substanciais em suas plantas – com a entrada, inclusive, de novos fabricantes – e pode se beneficiar de eventuais compras ou subsídios governamentais. Essa divisão da indústria paranaense seria nitidamente favorecida com eventual implementação de acordo automotivo entre Brasil e Venezuela – extensivo a veículos deste segmento.

Finalmente, o Paraná possui indústrias de equipamentos para a exploração e refino de petróleo, que tem sua produção voltada, primariamente, a demandas da Petrobras. Neste século, esse ramo da indústria local não exportou. Sua produção, contudo, pode ganhar espaço na Venezuela. Equipamentos estadunidenses do gênero têm perdido participação no mercado local, substituídos por similares chineses. Entretanto, equipamentos provenientes desses locais estão sendo submetidos à tributação de 5%, enquanto a entrada de brasileiros é isenta.

O quadro econômico do país faz com que a perscrutação de sua demanda externa no médio prazo torne-se írrita. Ainda assim, a perspectiva de completa liberalização do comércio até 2018, combinada com a diversificada pauta paranaense de embarques, sugere que esforços de exportadores do Estado para manter ou expandir negócios com a Venezuela não serão malbaratados no longo prazo.

AGROINDÚSTRIA

Cargill inaugura Fábrica em Castro

A multinacional estadunidense Cargill inaugurou sua unidade de processamento de milho em Castro, na Região Centro-Oriental Paranaense. A companhia investiu aproximadamente R\$ 500 milhões na estrutura, onde planeja esmagar 800 toneladas de grãos diariamente. A unidade produzirá adoçantes e amido, e esses insumos serão distribuídos a outras empresas através de dutos. A expectativa é de que quatro indústrias sejam instaladas na área para utilizar a produção da Cargill. A Evonik, companhia de capital alemão que atua nos ramos de energia e química, deve ser a primeira dessas parceiras a construir planta em área adjacente à fábrica recém-inaugurada.

A eventual implantação dessas indústrias demandantes da produção da Cargill estimulou a companhia a realizar planos de expansão para o futuro próximo, com intenção de quadruplicar a capacidade instalada. A empresa estuda, ainda, a produção de insumos para indústrias têxteis e do ramo de papel e celulose. Não está descartada a possibilidade de que a nova unidade instale linha de produção de etanol.

CARGILL põe indústria para funcionar. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 28 jan. 2014. Agronegócio, p.3.

RIBEIRO, Cassiano. Biorrefinaria de milho deve atrair mais quatro indústrias. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 21 fev. 2014. p.19.

INDÚSTRIA

Incêndio na Repar paralisa unidade de destilação

A unidade de destilação da Refinaria Presidente Vargas, em Araucária (Região Metropolitana de Curitiba), sofreu incêndio no dia 28 de novembro do ano passado. A estrutura produzia 282 milhões de litros de gasolina e 489 milhões de litros de diesel até o dia do incidente, provocado pela corrosão da tubulação. Segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP), a Petrobras utilizou aço inapropriado, incapaz de tolerar a temperatura gerada no processo. A unidade ficou paralisada por quase um mês.

No final do ano, quatro incidentes graves ocorreram em refinarias da Petrobras, num espaço de três semanas. A ANP publicará normas mais rígidas de manutenção dessas instalações. Em 2013, a Petrobras atingiu marcas inéditas de petróleo refinado, pressionadas pela demanda em ascensão, através da utilização de 99% de capacidade em algumas unidades. O plano de investimentos da companhia para o período 2013-2017 prevê US\$ 64,8 bilhões alocados no setor de abastecimento, sendo 51% destes alocados na expansão da estrutura de refino.

JUNGUES, Cíntia. Para Sindipetro, retomada da Repar vai demorar. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 10 dez. 2014. p.20.

MARTINS, Lucas Gabriel. Repar só volta ao normal em janeiro, diz sindicato. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 18 dez. 2014. p.24.

NOGUEIRA, Marta. Petrobras opera refinarias no limite. *Valor Econômico*, São Paulo, 06 jan. 2014. Empresas, p.B1.

Sumitomo fabricará pneus de carga

A planta da Sumitomo, situada no município de Fazenda Rio Grande (Região Metropolitana de Curitiba), inaugurada em outubro do ano passado com investimento de R\$ 750 milhões, produzirá pneus para veículos de carga. Atualmente, a unidade fabrica 15 mil unidades destinadas a automóveis e veículos comerciais leves, sob a marca Dunlop. A companhia de capital japonês planeja alocar R\$ 985 milhões no novo projeto.

LIMA, Vandson. Sumitomo anuncia que vai investir R\$ 1 bi em fábrica de pneus no PR. *Valor Econômico*, São Paulo, 16 jan. 2014. p.A3.

* Elaborado com informações disponíveis de 07/12/2013 a 28/02/2014.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

Novas unidades da Aker Solutions recebem aval do BNDES

A indústria de capital norueguês Aker Solutions, estabelecida no Brasil desde 1978, receberá empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para desenvolver seus projetos em São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba) e Macaé (RJ).

A empresa, que possui planta em Curitiba, constrói unidade em São José dos Pinhais que produzirá equipamento submarino para exploração de petróleo. Essa unidade receberá financiamento de R\$ 200 milhões do BNDES, equivalente a 77,6% do custo de implantação. Estima-se que seja inaugurada em janeiro de 2015. O projeto de construção da unidade fluminense, voltada à produção e manutenção de equipamentos utilizados na exploração *offshore*, receberá empréstimo de R\$ 129,3 milhões.

BNDES financia R\$ 200 mi para nova fábrica da Aker. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 22 jan. 2014. p.17.

Polymer Group adquire controle da Companhia Providência

A Companhia Providência, indústria de material plástico e de sintéticos denominados "não tecidos", foi vendida a fabricante estadunidense do mesmo setor, o Polymer Group. O controle de 71,25% das ações da empresa paranaense foi adquirido por R\$ 555,9 milhões. A Providência possui três plantas, em São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba), Pouso Alegre (MG) e Statesville, estado da Carolina do Norte (Estados Unidos).

A companhia brasileira registrou receita líquida de R\$ 720 milhões nos doze meses terminados em setembro do ano passado. Fundada em 1963 como produtora de embalagens plásticas, a empresa passou a fabricar peças de policloreto de vinila (PVC) em 1978 e de "não tecidos" desde 1988. O Polymer Group, por sua vez, pertence completamente ao fundo de investimentos Blackstone.

GAZZONI, Marina. Blackstone compra Providência, do Paraná. *O Estado de S. Paulo*, 28 jan. 2014. Economia, p.B8.

SCHONARTH, João Pedro. Concorrente norte-americana compra Providência por R\$ 556 milhões. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 28 jan. 2014. p.19.

Montana é vendida para Khun

A Montana, indústria de maquinário agrícola com planta em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, foi vendida à Khun, empresa de capital francês do mesmo ramo. Em 2013, a Montana registrou faturamento R\$ 60 milhões superior ao do ano anterior, e alcançou a marca de R\$ 280 milhões. Estima-se que a companhia detenha 30% do mercado nacional de pulverizadores.

A Khun atua no País desde 2005, quando adquiriu o controle da Metasa, indústria de Passo Fundo (RS).

RIBEIRO, Cassiano. Franceses assumem Montana em fevereiro. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 01 fev. 2014. p.17.

Indústria italiana será instalada em Londrina

A indústria de meias Glória Med, de capital italiano, construirá planta em Londrina (Região Norte Central Paranaense). Estima-se que o empreendimento demandará R\$ 10,5 milhões e que entre em funcionamento no próximo ano.

A Glória Med foi fundada em 1895 em Milão. Produz meias de uso terapêutico, de algodão, microfibras e borracha.

BERTOLDI, Andréa. Fábrica italiana investirá R\$ 10,5 mi no interior. *Folha de Londrina*, 06 fev. 2014. Economia, p.3.

Volvo produzirá nova linha de caminhões

A montadora de capital sueco alocará US\$ 320 milhões na implantação de nova linha de produção de caminhões. O montante inclui não apenas os equipamentos necessários, mas investimentos em pesquisa e desenvolvimento voltados à nacionalização de peças. O objetivo da companhia é alcançar 70% de nacionalização em todos os veículos fabricados em sua planta na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Atualmente, esse índice encontra-se entre 63% e 85%. Para que um caminhão possa ser financiado pelo Finame, programa do

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ele precisa possuir ao menos 60% de componentes brasileiros.

Esse aporte será um acréscimo ao plano de investimento da Volvo para o período 2013-2015, estimado em US\$ 500 milhões. A companhia estuda, ainda, a produção local de caminhões leves, provavelmente sob uma das outras marcas de veículos de carga que controla (Eicher, Mack, Renault Trucks e UD). Em 2013, a empresa registrou crescimento anual de 30,6% na venda de caminhões ao mercado brasileiro, atingindo 20.731 unidades comercializadas.

DEZEM, Vanessa. Vendas avançam e Volvo investe US\$ 320 milhões. *Valor Econômico*, São Paulo, 12 fev. 2014. Empresas, p.B3.

SILVA, Cleide. Volvo vai investir US\$ 320 mi em nova linha de caminhões. *O Estado de S. Paulo*, 12 fev. 2014. Economia, p.B11.

SERVIÇOS

BNDES concede empréstimo de R\$ 856,9 milhões à Copel

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) concedeu empréstimo de R\$ 856,9 milhões à Companhia Paranaense de Energia (Copel), direcionado à construção da hidrelétrica de Colíder, no Mato Grosso. O contrato prevê prazo de 16 anos para quitação do débito, a partir de novembro do próximo ano. A companhia já alocou R\$ 1,2 bilhão no projeto. Estima-se que a usina, capaz de gerar 300 MW, entre em funcionamento no início de 2015.

A Copel captou ainda, por meio de notas provisórias, R\$ 150 milhões para investimentos em parques eólicos no Rio Grande do Norte.

COPEL capta R\$ 1 bi. *Valor Econômico*, São Paulo, 15 jan. 2014. Empresas, p.B1.

MENEZES, Fabiane Ziolla. BNDES libera R\$ 1 bilhão para usina da Copel em Mato Grosso. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 03 jan. 2014. p.19.

Seara Logística constrói terminal ferroviário em Maringá

A Seara Logística investiu R\$ 70 milhões na construção de terminal ferroviário em Maringá (Região Norte Central Paranaense). O complexo de 7.000 m² possui 2,4 mil metros de trilhos e pátio que comporta 300 caminhões. Localizada ao lado da BR-376, a estrutura abrigará quatro moegas e será inaugurada em abril.

Após a inauguração, o complexo continuará em processo de expansão, com a construção de espaços de armazenamento capazes de realizar secagem e limpeza dos grãos. Estima-se que o secador do terminal seja capaz de receber 200 toneladas de grãos por hora.

ROCHER, José. Maringá terá novo terminal de embarque ferroviário. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 04 fev. 2014. Agronegócio, p.2.

Cinesystem planeja investir R\$ 350 milhões em cinco anos

A rede de cinemas Cinesystem, sediada em Maringá (Região Norte Central Paranaense), planeja investir R\$ 350 milhões nos próximos cinco anos. A empresa, que possui 106 salas de exibição, espera controlar 350 desses espaços no quinquênio vindouro. Para tanto, a Cinesystem associou-se à gestora de fundos estadunidense Stratus, que alocou R\$ 40 milhões na rede em troca de 42% de participação na companhia.

A empresa atua em oito estados do Brasil e alcançou faturamento de R\$ 91 milhões em 2013, crescimento de 26% em relação ao ano anterior. A rede de cinemas estuda abrir seu capital em 2015.

PINHEIRO, Vinícius. Cinesystem, do PR, recebe aporte de R\$ 40 milhões. *Valor Econômico*, São Paulo, 20 fev. 2014. Empresas, p.B8.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2014

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009	3 091	7 362	2 382	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716
2010	99	203	2 051	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184
2011	1 132	3 193	2 836	38 856	192 020	4 942	31 175	793 754	25 461
2012	1 233	1 906	1 546	35 035	177 841	5 076	29 182	746 480	25 580
2013 ⁽¹⁾	94	223	2 372	32 827	175 910	5 359	27 475	717 415	26 112
2014 ⁽²⁾	30 700	160 713	5 234	29 369	837 739	28 525

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010	82 831	138 963	1 678	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734
2011	74 854	110 728	1 479	645 088	49 846 477	77 301	51 062	194 441	3 812
2012	66 811	90 614	1 356	652 041	49 840 398	76 438	51 112	158 445	3 100
2013 ⁽¹⁾	65 146	99 217	1 523	664 364	49 557 008	74 593	43 712	181 668	4 156
2014 ⁽²⁾	34 763	32 997	949	651 059	46 896 533	72 031

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2014

ANO	FEIJÃO			FUMO			MANDIOCA			conclusão
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	
1980	815 088	462 250	567	25 104	43 582	1 736	44 640	887 810	19 888	
1981	852 835	570 860	669	16 663	29 273	1 757	58 700	1 100 380	18 746	
1982	879 990	666 800	758	17 510	30 000	1 713	62 500	1 218 750	19 500	
1983	699 685	347 035	496	19 130	29 250	1 529	69 870	1 452 870	20 794	
1984	741 001	479 108	647	19 474	34 844	1 789	73 688	1 446 258	19 627	
1985	723 764	499 617	690	19 150	35 980	1 879	85 800	1 722 864	20 080	
1986	627 604	215 701	344	18 300	27 914	1 525	85 800	1 700 000	19 814	
1987	754 210	391 355	519	23 150	40 800	1 762	85 445	1 853 950	21 698	
1988	741 920	457 692	617	22 520	44 482	1 975	85 242	1 855 328	21 765	
1989	528 741	223 031	422	22 827	41 972	1 839	77 349	1 622 846	20 981	
1990	550 591	279 028	507	22 502	40 315	1 792	101 854	2 184 599	21 448	
1991	624 036	348 332	558	22 865	41 494	1 815	102 265	2 261 788	22 117	
1992	595 894	461 162	774	31 085	61 000	1 962	100 000	2 100 000	21 000	
1993	545 800	444 000	813	35 364	67 141	1 899	137 000	3 014 000	22 000	
1994	589 479	526 209	893	32 768	63 027	1 923	157 625	3 419 935	21 700	
1995	487 309	422 451	867	32 588	52 638	1 615	144 000	3 168 000	22 000	
1996	596 125	490 854	823	34 446	59 529	1 728	115 232	2 500 000	21 695	
1997	557 123	475 458	853	41 163	74 493	1 810	144 500	2 600 000	17 993	
1998	564 537	494 556	876	38 624	57 273	1 483	149 934	3 241 800	21 622	
1999	680 317	570 097	838	36 116	68 076	1 885	164 258	3 446 805	20 984	
2000	541 082	500 948	926	33 910	64 548	1 904	182 850	3 779 827	20 672	
2001	428 343	470 214	1 098	34 736	68 594	1 975	172 815	3 614 859	20 918	
2002	526 457	629 059	1 195	41 890	82 303	1 965	142 892	3 463 968	24 242	
2003	544 906	718 084	1 318	53 292	100 768	1 891	108 097	2 476 346	22 909	
2004	503 585	664 333	1 319	67 128	134 100	1 998	150 217	2 956 771	19 683	
2005	435 201	554 670	1 275	78 890	153 126	1 941	166 885	3 346 333	20 052	
2006	589 741	819 094	1 389	83 602	155 533	1 860	169 705	3 789 166	22 328	
2007	545 239	769 399	1 411	79 173	158 700	2 004	173 235	3 762 445	21 719	
2008	508 273	776 971	1 529	73 428	148 037	2 016	149 350	3 449 726	23 098	
2009	643 288	787 180	1 224	75 774	151 063	1 994	175 709	4 200 910	23 908	
2010	520 798	792 010	1 521	79 266	161 137	2 033	172 214	4 012 948	23 312	
2011	521 196	815 280	1 564	80 211	171 837	2 142	184 263	4 179 245	22 688	
2012	478 532	700 545	1 464	70 376	156 834	2 229	159 115	3 869 080	24 316	
2013 ⁽¹⁾	484 568	673 783	1 390	70 901	157 997	2 228	161 649	3 932 081	24 325	
2014 ⁽²⁾	505 675	932 817	1 845	76 262	171 838	2 253	181 402	4 247 048	23 412	

ANO	MILHO			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	2 156 508	5 466 967	2 535	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	2 161 999	5 363 109	2 481	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	2 276 700	5 430 000	2 385	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	2 361 800	5 018 870	2 125	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	2 447 000	5 400 000	2 207	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	2 332 840	5 803 713	2 488	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	2 300 000	4 300 000	1 870	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	2 846 000	7 641 800	2 685	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	2 269 862	5 558 805	2 449	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	2 137 234	5 296 080	2 478	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	2 079 784	5 160 823	2 481	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	2 358 797	4 827 112	2 046	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	2 610 000	7 370 000	2 824	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	2 703 000	8 158 000	3 018	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	2 512 859	8 162 472	3 248	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 727 800	8 960 400	3 285	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 463 000	7 911 000	3 212	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	2 503 003	7 752 217	3 097	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	2 229 524	7 935 376	3 559	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	2 520 818	8 777 465	3 482	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	2 233 858	7 367 262	3 298	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	2 820 597	12 689 549	4 499	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	2 461 816	9 857 504	4 004	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	2 843 704	14 403 495	5 065	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	2 464 652	10 953 869	4 444	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	2 003 080	8 545 711	4 266	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	2 507 903	11 697 442	4 664	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	2 730 179	13 835 369	5 068	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	2 969 632	15 414 362	5 191	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	2 783 036	11 159 845	4 010	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	2 261 992	13 540 981	5 986	4 479 869	14 091 821	3 146	1 172 860	3 419 293	2 916
2011	2 470 694	12 441 626	5 036	4 555 312	15 457 911	3 393	1 053 924	2 427 721	2 381
2012	3 013 870	16 516 036	5 480	4 454 655	10 924 321	2 452	782 308	2 107 665	2 694
2013 ⁽¹⁾	3 034 389	17 378 058	5 727	4 760 576	15 961 487	3 353	986 600	1 839 063	1 864
2014 ⁽²⁾	2 577 755	15 519 908	6 021	5 010 620	14 666 257	2 927

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Estimativa.

(2) Há três safras de feijão ao longo do ano. A estimativa de 2014 compreende, por enquanto, duas delas.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2013

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Abril	240 526	22 690	51 005
1998	854 517	236 358	193 435	Maio	278 161	25 691	58 869
1999	957 237	198 873	229 466	Junho	238 902	24 911	55 936
2000	1 041 412	181 113	235 315	Julho	247 789	27 815	62 449
2001	1 121 828	197 985	263 451	Agosto	265 675	30 791	63 619
2002	1 235 681	219 350	333 951	Setembro	249 489	30 053	55 058
2003	1 344 398	219 774	359 139	Outubro	269 728	31 501	61 744
2004	1 557 656	276 808	340 645	Novembro	254 167	28 730	58 068
2005	1 788 481	308 947	367 765	Dezembro	233 939	29 503	50 631
2006	1 856 538	316 897	390 394	2013 ⁽¹⁾	2 512 516	245 846	511 964
2007	2 057 318	295 010	437 152	Janeiro	278 021	27 045	56 011
2008	2 480 908	279 609	454 340	Fevereiro	247 143	24 175	50 085
2009	2 489 061	282 220	509 156	Março	256 015	25 704	55 017
2010	2 725 634	338 599	531 514	Abril	295 361	29 803	59 460
2011	2 868 973	279 585	629 586	Maio	291 746	29 332	59 114
2012	3 033 270	314 986	682 118	Junho	280 431	26 527	57 027
Janeiro	249 459	21 202	53 588	Julho	303 565	28 273	60 102
Fevereiro	237 860	20 894	52 105	Agosto	290 469	26 473	59 868
Março	267 575	21 204	59 047	Setembro	269 764	28 513	55 279

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2014

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 010
2011	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 958	38,21	385 059	2,21	17 394 275
2012	8 356 708	47,19	2 274 620	12,84	6 748 089	38,10	330 174	1,86	17 709 591
2013 ⁽¹⁾	9 068 374	49,72	2 099 371	11,51	6 817 117	37,38	254 339	1,39	18 239 202
Janeiro	328 462	33,92	135 402	13,98	488 499	50,45	15 935	1,65	968 298
Fevereiro	532 919	49,13	89 417	8,24	441 106	40,67	21 175	1,95	1 084 617
Março	766 641	55,28	147 907	10,67	449 371	32,41	22 794	1,64	1 386 712
Abril	875 775	55,39	106 504	6,74	573 340	36,26	25 546	1,62	1 581 166
Maio	967 240	53,01	204 514	11,21	630 032	34,53	22 708	1,24	1 824 494
Junho	919 317	53,86	186 114	10,90	583 280	34,18	18 019	1,06	1 706 730
Julho	954 664	54,71	180 971	10,37	589 168	33,77	19 995	1,15	1 744 797
Agosto	1 042 068	53,91	179 067	9,26	684 339	35,40	27 584	1,43	1 933 059
Setembro	849 873	50,90	219 455	13,14	582 723	34,90	17 664	1,06	1 669 715
Outubro	828 976	48,59	261 960	15,35	589 219	34,54	25 921	1,52	1 706 076
Novembro	615 794	43,81	171 108	12,17	596 903	42,46	21 907	1,56	1 405 712
Dezembro	386 646	31,49	216 951	17,67	609 138	49,61	15 092	1,23	1 227 827
2014 ⁽¹⁾	345 047	38,15	125 860	13,91	419 159	46,34	14 480	1,60	904 545
Janeiro	345 047	38,15	125 860	13,91	419 159	46,34	14 480	1,60	904 545

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2014

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	- 6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 659	3 699 490	233 169	48 012 790	49 301 558	- 1 288 768
2000	4 394 162	4 686 229	- 292 067	55 118 920	55 850 663	- 731 743
2001	5 320 211	4 928 952	391 259	58 286 593	55 601 757	2 684 836
2002	5 703 081	3 333 392	2 369 689	60 438 653	47 242 654	13 195 999
2003	7 157 853	3 486 051	3 671 802	73 203 222	48 325 652	24 877 570
2004	9 405 020	4 026 140	5 378 879	96 677 839	62 835 616	33 842 223
2005	10 033 533	4 527 237	5 506 296	118 529 185	73 600 376	44 928 809
2006	10 016 338	5 977 971	4 038 367	137 807 470	91 350 580	46 456 889
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010	14 176 010	13 956 957	219 054	201 915 285	181 768 427	20 146 858
2011	17 394 275	18 767 763	- 1 373 487	256 039 575	226 246 756	29 792 819
2012	17 709 591	19 387 794	- 1 678 203	242 578 014	223 183 477	19 394 537
2013 ⁽¹⁾	18 239 202	19 343 839	- 1 104 637	242 178 649	239 623 604	2 555 045
Janeiro	968 298	1 460 460	- 492 162	15 966 728	20 006 835	- 4 040 107
Fevereiro	1 084 617	1 270 457	- 185 840	15 549 465	16 828 348	- 1 278 883
Março	1 386 712	1 695 155	- 308 443	19 320 426	19 157 901	162 524
Abril	1 581 166	1 723 393	- 142 228	20 631 040	21 619 866	- 988 825
Maio	1 824 494	1 624 640	199 855	21 822 420	21 060 756	761 664
Junho	1 706 730	1 615 656	91 072	21 134 041	18 826 007	2 308 034
Julho	1 744 797	1 574 773	170 024	20 806 765	22 705 903	- 1 899 138
Agosto	1 933 059	2 078 770	- 145 711	21 424 021	20 201 008	1 223 013
Setembro	1 669 715	1 516 117	153 597	20 995 536	18 855 376	2 140 160
Outubro	1 706 076	1 773 194	- 67 118	22 821 003	23 046 371	- 225 368
Novembro	1 405 712	1 448 617	- 42 905	20 861 367	19 122 374	1 738 994
Dezembro	1 227 827	1 562 604	- 334 777	20 845 837	18 192 860	2 652 978
2014 ⁽¹⁾	904 545	1 217 326	- 312 780	16 026 191	20 084 332	- 4 058 141
Janeiro	904 545	1 217 326	- 312 780	16 026 191	20 084 332	- 4 058 141

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2013

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)																			
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Jan/12	Fev/12	Mar/12	Abr/12	Mai/12	Jun/12	
Combustíveis e lubrificantes	91,7	94,1	110,2	117,5	122,0	119,4	99,8	102,4	104,7	103,5	104,1	100,00	108,0	94,0	97,1	108,6	99,8	108,7	106,0	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	78,9	77,1	72,7	70,2	78,3	72,8	77,2	82,3	85,5	89,2	94,3	100,00	110,2	113,5	106,8	112,9	108,2	103,8	103,6	
Hipermercados e supermercados	79,1	77,7	73,5	71,1	79,3	73,1	77,5	82,6	85,6	89,4	94,4	100,00	110,6	114,3	107,3	113,2	108,6	103,4	103,6	
Tecidos, vestuário e calçados	89,7	90,7	79,8	83,3	89,4	90,2	88,9	93,5	97,7	97,1	101,8	100,00	106,2	91,2	77,6	98,0	103,3	118,3	110,0	
Móveis e eletrodomésticos	37,3	35,6	35,0	37,4	48,4	54,8	59,5	66,9	73,5	73,8	85,6	100,00	107,3	124,2	97,9	110,1	98,7	110,8	104,5	
Móveis	100,00	107,3	127,1	96,1	111,4	102,7	116,6	104,3	
Eletrodomésticos	100,00	109,2	123,5	95,0	111,4	97,4	108,9	107,1	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	41,5	45,7	48,5	51,3	58,3	72,0	85,9	100,00	120,6	107,9	101,9	123,0	112,8	122,2	120,2	
Livros, jornais, revistas e papelaria	70,7	70,7	68,0	70,9	80,6	88,5	102,2	100,00	96,6	154,7	131,5	108,0	84,0	90,4	83,5	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,4	11,3	17,1	22,0	43,8	69,7	95,4	100,00	92,4	78,2	71,8	95,7	93,8	92,7	79,4	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	41,9	47,8	55,5	60,6	71,3	79,1	91,7	100,00	120,6	106,1	88,8	105,0	112,4	117,9	113,1	
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	63,0	62,4	62,0	62,6	69,6	68,9	71,0	76,0	81,3	85,6	93,5	100,00	110,0	109,0	99,9	110,2	105,5	108,2	105,5	

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)																			
	Jul/12	Ago/12	Set/12	Out/12	Nov/12	Dez/12	2013	Jan/13	Fev/13	Mar/13	Abr/13	Mai/13	Jun/13	Jul/13	Ago/13	Set/13	Out/13	Nov/13	Dez/13	
Combustíveis e lubrificantes	112,7	118,9	117,0	120,6	110,0	102,5	120,8	107,7	102,4	116,2	114,2	119,3	122,9	127,0	130,5	128,6	134,4	124,7	121,8	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	106,5	107,9	105,0	106,8	110,7	136,9	116,6	122,4	106,5	122,4	103,4	108,2	108,7	111,9	117,4	109,6	115,0	123,0	151,1	
Hipermercados e supermercados	106,7	108,2	105,4	106,9	111,1	138,0	116,9	123,0	107,1	123,1	103,7	108,2	108,9	111,7	117,2	109,4	114,8	123,2	152,3	
Tecidos, vestuário e calçados	101,2	103,9	93,8	95,4	101,7	180,3	106,4	91,1	77,3	98,7	105,0	115,7	101,5	105,1	101,5	89,8	100,4	105,5	184,6	
Móveis e eletrodomésticos	99,1	102,4	89,0	99,9	105,4	145,1	111,9	117,0	84,6	99,3	100,9	108,9	102,7	119,1	119,6	108,2	112,0	117,3	153,2	
Móveis	97,7	100,0	86,6	99,0	105,3	140,6	103,3	112,6	80,7	93,3	94,1	97,0	89,9	108,5	109,8	101,4	105,8	108,7	137,7	
Eletrodomésticos	102,5	106,8	93,5	103,7	108,4	152,6	120,4	123,3	90,1	107,1	110,2	119,2	113,6	128,5	128,4	114,5	117,9	125,2	166,7	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	122,4	127,5	118,9	124,2	123,9	141,8	133,9	121,9	112,4	132,1	128,3	131,0	126,8	135,3	143,6	136,2	141,9	140,1	156,7	
Livros, jornais, revistas e papelaria	90,0	93,2	82,8	53,7	53,6	134,1	104,9	144,6	116,5	94,3	106,8	106,9	102,0	110,4	113,9	98,1	64,3	62,4	138,4	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	96,5	104,0	91,5	88,4	100,8	115,9	85,3	84,5	61,3	84,0	81,6	101,3	87,2	93,4	85,8	84,0	83,7	80,7	96,1	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	112,9	114,7	106,4	125,8	128,0	215,7	131,5	121,4	95,3	123,2	110,8	128,7	123,0	130,4	123,9	119,1	135,1	136,9	230,7	
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	106,9	109,7	104,1	108,1	110,2	142,1	116,9	116,3	99,6	116,2	106,2	112,9	110,7	116,3	119,2	111,7	117,6	121,3	154,7	

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2013

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																							
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Jan/12	Fev/12
Indústria de transformação	74,0	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	134,4	131,6	150,3	160,9	153,1	157,3	137,6
Alimentos	73,3	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	112,8	107,9	116,8	117,4	119,8	90,7	96,0
Bebidas	58,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	122,0	126,2	140,4	141,6	146,6	131,2	135,3
Madeira	56,7	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	94,1	72,8	80,1	87,2	101,0	96,9	90,0
Celulose, papel e produtos de papel	90,8	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	133,2	132,2	139,3	140,8	139,4	148,0	133,5
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	239,7	428,7	446,0	422,8	362,0	993,1	346,3
Refino de petróleo e álcool	70,1	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	100,6	100,1	91,7	102,8	105,9	96,2	95,2
Outros produtos químicos	59,0	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	64,6	77,8	66,9	68,5	61,6	70,5	52,7
Borracha e plástico	82,6	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	111,4	123,9	122,5	129,1	134,8	133,8	135,3	123,2
Minerais não metálicos	60,8	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	120,3	123,2	129,7	133,8	129,6	119,2	128,3
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	141,9	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	114,3	99,1	120,5	132,8	131,8	119,6	123,3
Máquinas e equipamentos	39,6	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	161,2	143,3	178,5	171,0	171,9	193,8	152,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	109,8	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	132,7	118,6	130,9	149,1	147,9	115,1	134,8
Veículos automotores	60,2	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	275,0	200,0	315,2	409,4	343,2	174,9	315,6
Mobiliário	57,2	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	93,3	84,8	108,6	102,7	109,0	91,2	93,5

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																						
	Mar/12	Abr/12	Mai/12	Jun/12	Jul/12	Ago/12	Set/12	Out/12	Nov/12	Dez/12	2013	Jan/13	Fev/13	Mar/13	Abr/13	Mai/13	Jun/13	Jul/13	Ago/13	Set/13	Out/13	Nov/13	Dez/13
Indústria de transformação	176,4	145,6	163,8	152,3	158,7	165,9	147,2	158,2	149,6	125,1	161,9	149,6	129,2	168,6	159,1	173,2	159,5	173,0	187,6	163,7	179,0	168,0	132,1
Alimentos	114,0	113,2	136,6	125,1	137,6	142,3	130,5	132,7	117,4	101,0	121,4	97,4	104,4	108,9	122,3	129,0	118,6	137,1	145,5	130,6	133,0	124,4	105,7
Bebidas	147,7	135,6	123,5	107,4	114,5	154,2	153,1	178,4	183,4	194,7	133,2	142,1	130,5	128,1	105,8	120,5	121,7	107,1	132,9	128,6	149,7	152,9	177,9
Madeira	102,3	91,7	103,4	90,9	103,3	110,7	105,6	111,9	106,1	99,5	105,3	102,3	100,4	94,7	107,2	98,2	96,5	110,8	110,0	107,7	119,4	116,8	100,3
Celulose, papel e produtos de papel	149,4	138,6	139,2	109,0	143,7	148,0	145,0	148,8	139,5	129,7	137,4	140,1	123,2	142,0	133,9	112,6	140,8	138,1	138,2	142,9	146,6	144,2	146,3
Edição, impressão e reprodução de gravações	737,3	313,7	351,9	341,2	226,2	209,5	190,6	211,9	216,3	205,4	350,0	567,2	158,9	573,1	228,5	468,8	276,3	288,5	431,7	180,6	406,2	376,1	244,4
Refino de petróleo e álcool	97,3	101,0	118,6	107,6	109,6	122,7	108,6	111,7	94,6	107,3	105,8	99,4	86,3	103,4	108,7	121,4	109,2	117,6	127,6	111,0	121,4	107,1	56,1
Outros produtos químicos	48,0	46,4	66,4	59,1	75,0	58,1	64,4	71,5	68,2	58,8	64,2	72,5	64,1	55,2	57,1	70,9	60,2	67,7	87,2	82,6	53,3	53,8	46,2
Borracha e plástico	140,2	131,6	148,0	133,4	140,1	141,6	132,1	139,1	136,6	104,0	134,8	121,4	124,2	132,8	138,2	141,5	142,1	151,8	142,9	136,2	143,0	135,2	108,7
Minerais não metálicos	133,8	119,6	133,7	122,9	132,1	140,8	134,6	134,8	132,1	123,1	140,1	115,8	128,2	137,3	143,5	149,5	136,1	146,3	149,2	141,8	150,1	151,3	132,7
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	136,6	132,0	145,7	130,4	137,3	139,2	127,0	144,7	140,6	105,8	132,9	125,5	118,5	123,2	128,7	130,7	127,2	142,9	150,5	137,3	160,0	138,8	111,1
Máquinas e equipamentos	180,1	167,8	188,2	176,0	129,3	170,6	155,3	189,7	188,9	170,7	195,5	175,4	182,8	202,0	204,6	203,7	202,2	190,0	199,8	180,5	218,7	205,8	180,9
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	163,1	124,9	151,1	178,1	148,5	153,1	138,8	152,4	159,7	155,7	161,7	144,0	148,1	236,0	107,3	148,0	143,1	166,4	180,1	171,3	168,7	171,7	155,3
Veículos automotores	421,7	350,2	375,4	366,4	437,4	437,3	333,9	363,8	349,0	192,4	406,0	276,9	273,2	400,9	441,1	441,9	426,5	484,3	502,5	464,6	456,1	418,5	285,5
Mobiliário	106,9	95,7	106,7	108,4	112,5	126,2	111,0	126,7	127,4	101,9	112,5	115,9	97,6	113,5	121,0	111,5	111,3	118,2	119,3	110,2	113,3	113,7	104,6

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2002-2013

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)																	
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Jan/12	Fev/12	Mar/12	Abr/12	Mai/12	Jun/12	Jul/12
Indústria geral	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,1	103,0	104,2	110,0	112,5	109,0	110,1	111,1	113,5	113,7	113,8	113,6
Indústrias extrativas	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	71,7	66,8	65,9	66,6	65,9	66,3	65,3	66,0	64,8	64,8
Indústria de transformação	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,6	103,4	104,6	110,6	113,1	109,6	110,7	111,6	114,1	114,3	114,4	114,2
Alimentos e bebidas	112,9	124,0	130,2	145,7	148,6	156,6	161,1	157,3	153,1	173,3	186,1	172,2	174,7	176,0	187,8	188,7	191,6	192,8
Fumo	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,7	166,2	168,7	178,6	184,7	215,1	247,7	301,6	295,7	251,9	222,8	104,8
Têxtil	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	77,5	82,9	87,5	98,3	92,7	94,6	94,8	97,1	96,9	96,1	98,0
Vestuário	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,2	97,2	93,1	88,4	73,2	80,6	78,4	76,0	73,8	73,5	72,5	72,0
Calçados e couro	94,2	84,9	77,5	87,4	100,3	104,4	100,2	91,5	103,1	91,9	84,0	91,1	88,6	84,8	85,6	85,8	84,2	82,6
Madeira	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	45,5	36,1	33,9	30,7	29,9	29,3	29,6	29,5	29,4	29,5	30,0	30,4
Papel e gráfica	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,0	123,3	130,7	134,6	129,7	135,5	134,5	131,2	130,0	127,9	127,6	128,5
Refino de petróleo e combustíveis	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	258,8	270,8	226,8	217,7	230,1	201,0	204,6	216,9	243,7	246,6	246,0	243,4
Produtos químicos	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,6	92,9	99,9	105,5	112,7	106,6	108,6	109,4	111,3	112,8	113,9	114,6
Borracha e plástico	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,2	83,8	79,9	80,1	78,8	78,8	78,0	80,4	79,9	78,0	76,5	77,5
Minerais não metálicos	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,7	130,2	128,0	131,4	140,8	136,2	140,4	142,0	141,8	141,1	139,4	140,6
Metalurgia básica	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	71,1	78,9	85,1	88,9	88,9	89,3	89,9	90,7	90,1	90,7	89,9
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	103,7	103,7	111,2	121,1	121,2	110,9	123,9	125,3	126,6	126,8	123,3	124,0
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	151,0	170,8	157,7	155,0	155,7	154,8	154,8	155,3	155,2	154,1	154,1
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,1	103,2	110,9	146,5	183,1	160,8	163,3	176,9	184,3	191,1	193,1	188,3
Fabricação de meios de transporte	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,6	141,5	149,9	168,6	174,0	171,4	170,9	174,6	174,0	173,6	174,3	172,3
Fabricação de outros produtos	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	58,4	60,0	67,8	67,5	67,5	67,4	67,7	68,2	68,6	68,0	66,4

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)																	
	Ago/12	Set/12	Out/12	Nov/12	Dez/12	2013	Jan/13	Fev/13	Mar/13	Abr/13	Mai/13	Jun/13	Jul/13	Ago/13	Set/13	Out/13	Nov/13	Dez/13
Indústria geral	114,2	114,2	113,4	113,1	110,2	112,6	111,0	111,6	113,1	113,9	114,2	114,5	114,0	113,2	113,0	112,4	112,3	108,0
Indústrias extrativas	64,7	65,2	66,6	67,3	66,8	65,0	67,7	67,2	66,9	65,6	65,8	65,1	64,4	62,8	63,7	63,2	63,8	64,0
Indústria de transformação	114,8	114,8	114,0	113,7	110,8	113,2	111,5	112,1	113,7	114,5	114,8	115,2	114,6	113,8	113,6	113,0	112,9	108,5
Alimentos e bebidas	193,5	194,2	191,4	191,1	179,0	192,3	179,1	178,8	188,3	191,3	195,5	198,5	198,2	199,0	198,0	197,9	198,0	184,8
Fumo	104,8	106,8	117,7	120,4	127,6	204,8	251,9	335,5	343,7	332,0	263,5	183,7	123,6	115,2	118,9	122,9	128,1	138,9
Têxtil	97,6	100,3	105,0	104,2	102,4	110,3	107,1	111,4	108,3	107,9	108,0	109,3	110,9	111,3	114,4	114,2	112,4	108,1
Vestuário	72,7	70,9	69,8	68,9	68,8	71,8	70,6	72,8	72,8	72,7	71,7	72,5	72,8	72,8	73,2	72,2	71,6	65,7
Calçados e couro	82,2	81,9	81,1	80,5	80,1	80,2	80,4	78,5	78,8	78,5	80,6	81,0	81,1	82,3	82,7	80,1	79,6	78,3
Madeira	30,6	30,4	30,4	30,2	29,6	28,6	30,1	29,4	28,7	28,6	28,3	28,5	28,4	28,2	28,1	28,2	28,4	28,2
Papel e gráfica	127,4	129,3	128,7	128,5	127,7	133,0	128,1	127,8	130,7	132,1	133,5	132,1	133,3	134,2	133,5	136,3	138,6	135,9
Refino de petróleo e combustíveis	242,4	241,1	235,8	230,4	208,9	229,5	203,0	204,9	226,5	240,4	245,5	241,9	240,5	239,5	236,9	233,8	229,9	211,1
Produtos químicos	115,2	114,4	115,0	114,9	115,3	114,9	115,3	116,1	115,0	115,9	115,0	114,6	114,6	114,6	114,2	114,3	114,5	114,7
Borracha e plástico	78,2	78,9	79,0	79,9	80,1	78,4	81,1	80,8	79,5	78,5	76,2	75,3	78,7	78,4	78,7	78,4	78,2	76,8
Minerais não metálicos	142,7	141,8	142,3	142,1	138,6	139,0	142,4	142,5	142,5	141,2	138,8	139,7	137,2	137,3	138,7	136,5	136,0	135,3
Metalurgia básica	89,7	87,9	87,8	86,5	85,7	87,3	86,7	87,4	88,4	88,6	90,4	89,2	88,3	86,3	85,9	85,8	85,3	85,3
Produtos de metal ⁽¹⁾	122,7	120,1	118,3	118,3	114,8	116,7	116,3	120,4	121,5	119,4	116,6	115,1	113,7	113,5	114,7	116,8	117,3	115,4
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	155,3	155,1	155,7	155,6	154,1	158,7	152,8	154,2	158,0	159,6	159,2	161,4	162,0	160,3	160,8	160,1	159,7	155,9
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	186,1	191,1	189,4	187,5	185,7	158,1	177,3	176,7	170,3	176,1	177,0	175,0	161,9	142,7	137,0	135,8	137,1	130,1
Fabricação de meios de transporte	180,5	179,9	172,2	172,9	172,0	175,5	173,5	173,6	175,8	177,4	176,3	177,2	178,2	178,1	176,6	174,9	173,7	170,1
Fabricação de outros produtos	66,1	66,4	68,1	67,8	68,0	68,2	69,9	70,2	69,4	69,0	69,2	69,1	68,2	68,7	69,2	65,7	65,4	64,3

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2014

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
2012	14 861	5 940	28 922	37 520	1 896	-	89 139
2013	15 600	3 111	28 135	41 308	2 195	-	90 349
Jan. 2014	5 711	4 203	-2 448	5 029	-504	-	11 991

FONTE: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2013

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,96
2007	161 582	6,74	2 661 344	6,09
2008	179 263	4,28	3 032 203	5,17
2009	189 992	-1,32	3 239 404	-0,33
2010	217 290	10,01	3 770 085	7,53
2011	239 366	5,67	4 143 013	2,73
2012 ⁽³⁾	255 767	1,80	4 392 094	1,03
2013 ⁽³⁾	289 194	5,01	4 837 950	2,28

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IPARDES para o Paraná. Cálculos do IBGE, para o Brasil, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

